a Associação Paredes pela Inclusão Social que se regerá pelos seguintes estatutos:

Artigo 1.º

A Associação adopta a denominação de Associação Paredes pela Inclusão Social.

Artigo 2.º

1 — A associação tem a sua sede no edifício dos Paços do Concelho de Paredes, sito no Parque de José Guilherme, freguesia de Castelões de Cepeda, que pode ser mudada para outro local do concelho de Paredes, por deliberação tomada em assembleia geral.

2 — A Associação pode criar dependências, em locais onde venha a exercer, accidental ou permanentemente, a sua actividade, mediante deliberação da direcção.

Artigo 3.º

1 — A Associação tem por objecto a criação de oportunidades de trabalho e de reinserção social de pessoas ou grupos em situação de exclusão ou em risco de exclusão social, bem como contribuir para a afirmação do papel decisivo dos empresários no desenvolvimento social e da liderança da sociedade civil em matérias de inclusão social.

2 — A Associação poderá, no âmbito do seu objecto, organizar e promover acções ou eventos de qualquer natureza, nomeadamente social, pedagógica, cultural e de solidariedade, promover ou realizar a publicação de relatórios ou obras, nomeadamente de carácter social, pedagógico ou cultural, bem como praticar ou promover os demais actos de natureza financeira, comercial, mobiliária ou imobiliária, sem exclusão ou reserva, que sejam necessários à prossecução do seu objecto.

Artigo 4.º

1 — Os associados poderão ser efectivos ou honorários.

2 — A deliberação sobre a admissão de novos associados compete à direcção.

3 — Serão efectivos, para além dos fundadores da associação, todas as pessoas singulares ou colectivas, cuja admissão seja aceite pela direcção.

4 — Serão honorários as pessoas singulares ou colectivas às quais a direcção atribua essa distinção, em reconhecimento de serviços relevantes prestados à Associação.

5 — Compete à assembleia geral definir os direitos e obrigações dos associados, condições de admissão e exclusão.

Artigo 5.º

Constituem receitas da Associação as jóias e quotas dos associados, cujo montante será fixado em assembleia geral, bem como quaisquer donativos ou subsídios que lhe sejam atribuídos.

Artigo 6.º

1 — São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

2 — Os titulares dos órgãos da Associação serão eleitos pela assembleia geral de entre os associados, devendo necessariamente, em todas as situações a eleger, obter voto favorável do associado município de Paredes.

Artigo 7.º

1 — A competência e forma de funcionamento da assembleia geral são as prescritas nas disposições legais aplicáveis, designadamente as previstas nos artigos 172.º a 179.º do Código Civil.

2 — A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e dois secretários.

Artigo 8.º

1 — A direcção é composta por um presidente, um secretário geral e um tesoureiro.

2 — A direcção é o órgão colegial de administração, ao qual compete a gerência social, administrativa e financeira da Associação.

3 — A Associação vincula-se com a assinatura de dois membros da direcção.

Artigo 9.º

1 — O conselho fiscal é composto por um presidente e dois secretários.

2 — Ao conselho fiscal compete fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, verificar as suas contas e relatórios e dar parecer sobre actos que impliquem aumentos de despesas ou diminuição de receitas.

1 de Outubro de 2007. — O Notário Privativo, *Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira*.

2611056082

CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA

Aviso n.º 20 562/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara proferido em 29 de Agosto de 2007, foi autorizada a renovação, por mais três anos, do contrato de trabalho a termo resolutivo com Francisco Miguel Rodrigues Lopes, desenhador, com efeitos a 1 de Outubro de 2007.

11 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Maurício Teixeira Marques*.

2611056063

Aviso n.º 20 563/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara proferido em 10 de Outubro de 2007, foi autorizada a renovação, por mais três anos, dos contratos de trabalho a termo resolutivo com Maria da Conceição Antunes de Matos, Doce-lina Marques da Fonseca e Maria Rosa de Jesus Simões Breda, auxiliar de serviços gerais, com efeitos a 22 de Novembro de 2007.

11 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Maurício Teixeira Marques*.

2611056074

Aviso n.º 20 564/2007

Maurício Teixeira Marques, presidente da Câmara Municipal de Penacova, torna público, em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que cessou, por acordo, a partir de 1 de Agosto de 2007, inclusive, o contrato a termo certo resolutivo celebrado entre esta autarquia e Deolinda Maria Ferreira, auxiliar de serviços gerais.

12 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Maurício Teixeira Marques*.

2611056244

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

Edital n.º 897/2007

Alberto Fernando da Silva Santos, presidente da Câmara Municipal de Penafiel, torna público que, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), com a redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que a referida Câmara Municipal deliberou, em 5 de Janeiro de 2007, submeter à apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, o projecto de regulamento municipal para compensação pela não cedência de áreas para espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva e taxa municipal de urbanização.

O processo poderá ser consultado no Departamento de Gestão Urbanística, Secção Administrativa, nos horários de expediente, e no site da Câmara Municipal (www.cm-penafiel.pt).

Os interessados deverão endereçar por escrito as suas sugestões ao presidente da Câmara Municipal dentro do prazo de 30 dias úteis contados do dia seguinte ao da publicação do presente edital, cujo teor é o seguinte:

Projecto de regulamento municipal para compensação pela não cedência de áreas para espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva e taxa municipal de urbanização (TMU).

Nota justificativa

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, os municípios aprovam regulamentos municipais relativos ao lançamento e à liquidação das taxas que, nos termos da lei, sejam devidas pela realização de operações urbanísticas.

O mesmo diploma define no n.º 4 do artigo 44.º, no que respeita a cedências ao domínio público de espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos que, quando não há lugar a essas cedências, há lugar ao pagamento de uma compensação ao município, nos termos a definir em regulamento municipal.

De igual modo, dispõe o artigo 116.º que os municípios podem cobrar taxas pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas, vulgarmente designadas por TMU, as quais constituem